

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais

ISSN: 1517-4115

revista@anpur.org.br

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional

Kerber, Alessander; Prodanov, Cleber Cristiano

IDENTIDADES RELACIONADAS AO ESPAÇO GEOGRÁFICO. A NAÇÃO BRASILEIRA
E A CIDADE DE NOVO HAMBURGO/RS (1927-1945)

Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 11, núm. 2, noviembre, 2009, pp.
119-137

Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional
Recife, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513951692007>

IDENTIDADES RELACIONADAS AO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A NAÇÃO BRASILEIRA E A CIDADE DE
NOVO HAMBURGO/RS (1927-1945)

ALESSANDER KERBER
CLEBER CRISTIANO PRODANOV

R E S U M O *O texto analisa as lutas de representações em torno da construção de identidades ligadas ao espaço geográfico da nação brasileira e da cidade de Novo Hamburgo (RS) através do seu principal jornal, O 5 de Abril, no período de 1927, momento de sua emancipação, até 1945, final da Segunda Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo. Este período foi marcado pela construção de versões acerca destas duas identidades e de sua disseminação através da imprensa. As duas versões apresentavam conflitos especialmente focados no fato de a cidade ser representada por signos que remetiam ao processo de imigração alemã, e à nação, por signos que remetiam à mestiçagem. Tais conflitos acirraram-se no momento em que o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial contra a Alemanha.*

P A L A V R A S - C H A V E *Cidade; identidade nacional; imprensa.*

INTRODUÇÃO: DEFININDO O PROBLEMA E OS APORTES TEÓRICOS

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas no Brasil (1930-1945), construiu-se e disseminou-se através dos meios de comunicação de massa – especialmente o rádio, a imprensa e o cinema – uma versão acerca da identidade nacional baseada em elementos como a valorização da mestiçagem. Contudo, havia espaços do território brasileiro excluídos desta versão, entre os quais se destacavam cidades constituídas pela imigração ocorrida durante o século XIX, especialmente aquelas com populações predominantemente de origem germânica, como as existentes no sul do país. Pode-se afirmar que houve um processo de lutas de representações na construção de identidades. Identidades nacionais e de cidades são produzidas em relação a um espaço geográfico e estão ligadas à organização do espaço público e político.¹ Uma identidade se expressa, justamente, através de representações que definem a ideia e o sentimento de pertencimento a um grupo. Assim, ela é, ao mesmo tempo, sentimento e ideia, é sentida e pensada como formulação de uma imagem de si mesmo, ou seja, como autorrepresentação.²

Como propõe Hall (2005), em um mesmo grupo social há uma diversidade de identidades que se sobrepõem, se relacionam, conflitam e se transformam constantemente. No caso deste artigo, propõe-se analisar a construção da identidade da cidade de Novo Hamburgo, localizada no extremo sul do Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul, no período entre 1927 e 1945. Este enfoque justifica-se na medida em que houve um processo de lutas no âmbito do imaginário, marcado pelo conflito entre representações da cidade ligadas à germanidade e às representações nacionais brasileiras. Destaca-se que este conflito aprofundou-se no contexto da Segunda Guerra Mundial.

¹ Como afirma Oliveira (1990, p.14), existe uma relação íntima entre identidade nacional e política, pois: "A ideia de nação faz parte do universo simbólico. Sua valorização vai proporcionar sentimentos de identidade e de alteridade a uma população que vive ou que se originou em um mesmo território. Trata-se de um símbolo que pretende organizar o espaço público, referindo-se, portanto, à dimensão política".

² Como propõe Chartier (1990, p.17), para a compreensão do real, há um processo de significação e associação com símbolos já existentes no imaginário daquele grupo. Até o desconhecido é pensado a partir de símbolos já conhecidos. Uma realidade, assim, nunca é apreendida de forma pura, sempre é apropriada e simbolizada, consciente ou inconscientemente, pelos grupos que dela se aproximam. E, é nesta atribuição de sentido, que percebemos que o quanto as representações não são "ingênuas". Apesar de se proporem a uma aproximação com a realidade, sempre são influenciadas pelos interesses do grupo que as produzem.

3 A coleção do jornal *O 5 de Abril* encontra-se disponível no Arquivo Municipal de Novo Hamburgo e na biblioteca da Feevale.

Para analisar esta construção identitária, foi utilizado o principal meio de comunicação existente na cidade à época, o jornal *O 5 de Abril*,³ que também apresentava-se como representante da sua identidade, como veremos.

Analisou-se o jornal, com periodicidade semanal desde sua fundação, que ocorreu junto à do município, em 1927, até o final do primeiro governo Vargas, observando os discursos presentes acerca da identidade nacional brasileira e sua relação com a identidade da cidade. Percebeu-se que o jornal apresentava interessantes relações entre as representações da cidade de Novo Hamburgo e a imagem nacional, influenciadas especialmente pelas lutas de representações entre uma cidade que se afirmava como descendente de imigrantes alemães em um período de emergência da nacionalização.

Novo Hamburgo, como qualquer cidade, como materialidade erigida pelo homem, também é sociabilidade e, ainda, sensibilidade. Conforme Pesavento, é construção de um *ethos* que implica a atribuição de valores ao que se convencionou chamar de *urbano*, é produção de imagens e discursos que se colocam no lugar da materialidade e do social e que os representam, é percepção de emoções e sentimentos, expressão de utopias, desejos e medos, assim como prática de conferir sentidos e significados ao espaço e ao tempo, que se realizam na e por causa da cidade (Pesavento, 2002, p.24).

No processo de inclusão e exclusão existente na seleção dos símbolos que representam a identidade de uma cidade, percebe-se que existe a manifestação de relações de poder. No caso do enfoque deste trabalho, há um produto midiático influenciando a construção de uma identidade. Sendo o primeiro e, inicialmente, único jornal de Novo Hamburgo, *O 5 de Abril* detinha poder simbólico, o qual influenciou a construção identitária. Tal poder é entendido como:

poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (Bourdieu, 2005, p.14.)

A definição da fronteira entre uma nação e outra, entre uma região e outra ou, no caso deste estudo, entre uma cidade e outra, ao se estabelecer, produz a existência daquilo que enuncia. Assim, após legitimado um discurso que estabelece a divisão, o aparelho político passa a ter, também, legitimidade para utilizar-se de violência física e simbólica para a manutenção deste discurso:

O discurso regionalista é um discurso *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer e fazer reconhecer a *região* assim delimitada – e, como tal, desconhecida – contra a definição dominante, portanto, reconhecida e legítima, que a ignora. O ato de categorização, quando consegue fazer-se reconhecer ou quando é exercido por uma autoridade reconhecida, exerce poder por si: as categorias “étnicas” ou “regionais”, como as categorias de parentesco, instituem uma realidade usando do poder de *revelação* e de *construção* exercido pela *objetivação no discurso*. (Idem, p.116.)

De qualquer forma, há, ainda segundo Bourdieu, a necessidade da autoridade para o estabelecimento da legitimidade deste discurso:

A eficácia do discurso performativo que pretende fazer sobrevir o que ele enuncia no próprio ato de o enunciar é proporcional à autoridade daquele que o enuncia: a fórmula “eu autorizo-vos a partir” só é *eo ipso* uma autorização se aquele que pronuncia está autorizado a autorizar, tem autoridade para autorizar. Mas o efeito de conhecimento que o fato da objetivação no discurso exerce não depende apenas do reconhecimento consentido àquele que o detém; ele depende também do grau em que o discurso, que anuncia ao grupo a sua identidade, está fundamentado na objectividade do grupo a que ele se dirige, isto é, no reconhecimento e na crença que lhe concedem os membros deste grupo assim como nas propriedades econômicas ou culturais que eles têm em comum, pois é somente em função de um princípio determinado de pertinência que pode aparecer a relação entre estas propriedades. (Idem, p.116-7.)

Uma estratégia utilizada pelo jornal *O 5 de Abril*, também presente na imprensa em geral, foi a utilização de autoridades assinando as matérias, pois a presença de autores com capital simbólico para serem reconhecidos como autoridade também confere autoridade ao veículo de comunicação. Desta forma, o primeiro prefeito da cidade de Novo Hamburgo, Leopoldo Petry, era uma das principais autoridades a assinar matérias.

NAÇÕES, NACIONALISMOS E HOMOGENEIZAÇÃO DA DIVERSIDADE REGIONAL

O Estado é uma construção política que, para conquistar legitimidade, necessita se afirmar como “nação”, ou seja, construir representações que insiram as diversas identidades dos diversos grupos que habitam o território administrado por ele, dentro de um novo conceito. É necessário fazer com que diversas identidades pensem-se e sintam-se como pertencentes à nação brasileira. Assim, a nação pode ser entendida como uma representação presente no imaginário social. Como afirma Oliven (1992, p.25), nação é um produto cultural que surge na Europa a partir do fim do século XVIII e se constitui em uma comunidade política imaginada. É, pois, preciso invocar antigas tradições (reais ou inventadas) como fundamento “natural” da identidade nacional que está sendo criada. Isso tende a obscurecer o caráter histórico e recente dos Estados nacionais.

O surgimento do imaginário que constitui a nação está associado a uma questão política: a formação dos Estados nacionais modernos. Contudo, a nação não é construída apenas com base na propaganda e nos elementos coercitivos estatais; existe um processo de negociação em que vários agentes influenciam em um jogo de poder que define as representações desta identidade nacional. Deste modo, é interessante fazer um histórico da forma como foi inicialmente abordado este tema, relacionando-o com a forma atual.

De 1890 a 1945, houve uma grande produção teórica, dentro das ciências humanas, sobre a nação. A questão a ser respondida era: o que é uma nação? Já na pergunta, percebe-se que os autores procuravam alguma forma de legitimar politicamente alguns estados, sendo eles identificados como nação em detrimento de outros, em uma espécie de violência simbólica. Pode-se, assim, considerar esse momento da discussão sobre nação como altamente engajado em relação à formação dos Estados nacionais.

Esta discussão, por sua vez, ocorreu influenciada pela assimilação da região da Alsácia Lorena pela Alemanha, questionando-se aí o fato de a região pertencer à nação francesa ou alemã. Em ambos os países, intelectuais engajados procuraram formular conceitos de nação que justificassem o controle sobre ela.⁴

4 Os alemães afirmavam, de modo geral, que a pertença a uma nação é uma questão determinada pelo nascimento, ou seja, independe da vontade do indivíduo. O que eles estavam afirmando é que elementos como a raça, a língua e a religião definiam a nação. Nesse sentido, a Alsácia pertencia à Alemanha. Esse pensamento é largamente influenciado pelo romantismo, que construiu a representação de um passado unificado e heroico para a nação alemã. Em oposição a essa concepção alemã de nação, levantam-se pensadores franceses que procuraram, de todas as formas, legitimar a pertença da Alsácia à França. O principal deles é Renan (1997) que, no seu clássico *Qu'est-ce qu'une nation?*, publicado pela primeira vez em 1882, por influência das ideias iluministas, entende a nação não como naturalmente determinada, mas como um pacto social a partir do qual os indivíduos optam pela pertença. O autor coloca que a nação seria algo como um plebiscito diário em que se reafirma ou não esta nação.

Cabe destacar que a questão teórica sobre nação foi pouco estudada no período após 1945, provavelmente pelos traumas causados pelo nacionalismo na Segunda Guerra Mundial. Desde os anos 80, porém, vários pensadores têm-se proposto, novamente, a pensar teoricamente o conceito. Tendência influenciada por um novo contexto social: o da globalização. Especialmente nos anos 90, fortes nacionalismos renasceram na Europa, apropriando-se deste imaginário já existente sobre a nação como forma de defesa em relação à globalização.

O antropólogo Ernest Gellner, uma das principais referências sobre nação no contexto atual, define que:

A “era do nacionalismo” não é uma mera soma da revelação e da auto-afirmação política desta ou daquela nação. Em vez disso, quando as condições sociais gerais conduzem a culturas eruditas standartizadas, homogêneas e centralizadas, abrangendo populações inteiras e não apenas minorias de elite, surge uma situação em que as culturas unificadas, educacionalmente sancionadas e bem definidas, constituem na prática o único tipo de unidade com que os homens se identificam voluntariamente e muitas vezes ardenteamente (...) Deste modo, os homens querem estar politicamente unidos com todos aqueles, e apenas aqueles, que partilham a sua cultura. Então as organizações políticas estenderão as fronteiras até aos limites das respectivas culturas para protegerem e imporem essas culturas até às fronteiras do seu poder. (1993, p.88.)

Uma identidade nacional forma-se através de um sentimento e ideia de pertencimento a uma nação. Destaca-se, então, o conceito de Anderson, para quem a nação não existe em outra instância senão no imaginário de uma comunidade; ela é:

uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é *imaginada* porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria dos seus compatriotas, nem os encontrará, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão (...) é imaginada como *limitada*, porque até mesmo a maior delas, que abarca talvez um bilhão de seres humanos, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais encontram-se as outras nações. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade (...) É imaginada como *soberana*, porque o conceito nasceu numa época em que o Iluminismo e a Revolução estavam destruindo a legitimidade do reino dinástico hierárquico divinamente instituído (...) é imaginada como comunidade porque, sem considerar a desigualdade e exploração que atualmente prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal. Em última análise, essa fraternidade é que torna possível, no correr dos últimos dois séculos, que tantos milhões de pessoas, não só se matem, mas morram voluntariamente por imaginações tão limitadas. (1989, p.14-6.)

A comunidade imaginada, por sua vez, identifica-se por intermédio de uma série de símbolos. Segundo Thiesse (2001/2002, p.8-9), existe uma *check list*, um código de símbolos internacionais que define o que todas as nações devem ter: uma história estabelecendo a continuidade da nação; uma série de heróis-modelos dos valores nacionais; uma língua; monumentos culturais; um folclore; lugares memoráveis e uma paisagem típica; uma mentalidade particular; identificações pitorescas – costumes, especialidades culinárias ou animal emblemático. Estes símbolos não são apenas uma superficial lista de adoros, mas essenciais para a autorrepresentação das pessoas que se identificam com a nação.

No Brasil, diferentemente da República Velha, que teve o federalismo como característica, a política que se instalou após a Revolução de 30 tendeu ao centralismo e, consequentemente, valorizou a identidade nacional em detrimento das regionais e das cidades. O modelo de Estado autoritário que começava a se instaurar a partir de então teve uma importante atuação, em âmbito cultural, para a construção de uma nova identidade nacional. Especialmente a partir do Estado Novo e da instauração do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ocorreu um processo de censura mais efetiva sobre representações regionais e de cidades que apresentavam tensões em relação às nacionais.

A FORMAÇÃO DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO E SUA IMPRENSA

Leopoldo Petry foi o primeiro a escrever uma versão que se apresentava como uma história de Novo Hamburgo. Segundo ele, o surgimento da cidade está intimamente ligado ao projeto imperial brasileiro de ocupação da região meridional do país, com população europeia leal ao imperador e à Coroa. Neste processo, desembarcaram no Rio Grande do Sul, a partir de 1824, sucessivas levas de imigrantes de origem germânica, que se estabeleceram em várias regiões do Estado.

Conforme Leopoldo Petry (1959, p.6), é possível estabelecer a seguinte periodização para narrar a trajetória do município: o primeiro período tem início na época da fundação de Hamburger-Berg (povoado que originou a cidade) e segue até a implantação do tráfego ferroviário (1824-1876); o segundo corresponde ao funcionamento do tráfego ferroviário e se estende até o começo da industrialização (1876-1900); o terceiro começa com a industrialização e se estende até a emancipação do município (1900-1927); o quarto e último, tem início com a emancipação e continua até a data da elaboração de seu livro (1927-1959).

Percebe-se que Petry faz uma divisão focalizando, essencialmente, os aspectos econômicos (com exceção da emancipação, que seria um aspecto político). Nesta perspectiva, analisa o início do desenvolvimento de um centro comercial, que futuramente comporia o município de Novo Hamburgo, ao redor do qual se estabelece um pequeno povoado. Marca, ainda, a chegada da estrada de ferro, que ligava Porto Alegre a Novo Hamburgo, o que veio a impulsionar ainda mais o desenvolvimento comercial da região, além do início do processo de desenvolvimento da indústria coureiro-calçadista.

Até a década de 1970, a visão predominante na historiografia brasileira acerca do processo de industrialização apontava que o capitalismo industrial, no Brasil, não tinha conhecido as fases de artesanato e manufatura, ou seja, a atividade fabril já nascera tendo na grande indústria seu principal sustentáculo. Ao enfocar o desenvolvimento da indústria calçadista em Franca (SP), porém, Barbosa encontra a origem do empresariado do calçado em modestos empreendimentos iniciados por artesãos e pequenos comerciantes (Barbosa, 2005, p.1-2).

A história da cidade de Novo Hamburgo, outro polo que se desenvolveu principalmente a partir da indústria calçadista, ainda não foi devidamente analisada. O desenvolvimento da indústria na região, no entanto, também teve origem em pequenas fábricas com baixo capital de investimento (Kerber, Prodanov, Schemes, 2007, p.194).

Criado por um grupo que defendia o movimento emancipacionista, o jornal *O 5 de Abril* foi o primeiro existente no território do município de Novo Hamburgo, em 1927.

O nome foi escolhido em homenagem à data de emancipação do município – 5 de abril de 1927. Intitulava-se no cabeçalho da página principal como “semanário de interesses gerais” e sem ligações partidárias ou religiosas. Na sua fundação, teve como diretor Leopoldo Petry e como gerente Edgar Behrend (filho de Hans Behrend, dono da tipografia onde era impresso o semanário). Werner Behrend (outro filho de Hans) mais tarde assumiu, durante um período de 30 anos, a gerência do periódico, que saía às sextas-feiras e era impresso na “Typographia Behrend”. Inicialmente era editado em quatro páginas, as duas últimas geralmente eram ocupadas com publicidade. Na primeira página, aparecia a principal notícia, que era geralmente transcrita de jornais da capital, como o *Correio do Povo* e a *Federação*.⁵

O 5 de Abril pretendia assumir uma vinculação direta com a identidade da cidade de Novo Hamburgo (elemento já perceptível no nome do próprio periódico). Assim, em seu exemplar de lançamento, na página 2, aparece a matéria intitulada “O nosso jornal”.

Com o advento da nossa emancipação política e administrativa, fruto do progresso que aqui se verifica como em nenhuma outra parte do nosso amado Rio Grande do Sul, tomadas as devidas proporções e, onde a atividade de seus filhos é múltipla, a criação de um órgão de publicidade era absolutamente inadiável. Eis porque, de um grupo de ardorosos paladinos do vilamento local, partiu a idéia da fundação e um jornal.

Como, porém, não bastasse a concepção desta boa idéia, sendo preciso a coragem para realizá-la, tratou-se desde logo de dar um caráter prático à teoria expandida, apresentou-se hoje, embora ainda em modestas condições, o nosso jornal que tomou o título de “O 5 de Abril”.

Este título não é mais do que uma homenagem à, para nós gloriosa, data que se assinala à assinatura do decreto de ouro, com que o benemérito Governo do Estado, houve por bem, concede-nos a tão almejada autonomia.

Não será preciso encarecer o valor moral deste ato justo e nobre. Basta dizer-se que ele mereceu os aplausos unâmes, chegando-nos de toda parte notícias destas manifestações.

E, de fato, se dentro de grande Estado gaúcho há centros com direito a este favor, Novo Hamburgo merecia, sem dúvida, ser colocada em primeiro plano, pelo seu grande comércio e pelas suas extraordinárias indústrias, conhecidas em todos os recantos de nosso amado Brasil e, quiçá, além de nossas fronteiras.

Por algumas colunas procuraremos amparar todas as boas causas e todos os grandes empreendimentos. Será, porém, o nosso principal objetivo trabalhar pela união da coletividade do nosso município, sem dúvida o fator primordial de seu progresso, máxime quando esta união parece já estar consolidada com o auspicioso ato da municipalização, para o qual cooperaram gregos e troianos.

Teremos ainda em mira especial amparar os que trabalham, porque foi com o trabalho que a nossa localidade ascendeu ao ponto em que atualmente se encontra.

O nosso jornal não tem nenhuma ligação partidária ou religiosa. Isto não nos impede de consignarmos, no nosso artigo inicial, palavras do nosso mais profundo reconhecimento ao preclaro estadista que tão proficuamente dirige os destinos do nosso querido Estado, Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros.⁶

A expressão “nossa” já remete, diretamente, à construção da identidade, ou seja, à definição do que pertence a nós e, consequentemente, aos outros (à alteridade). Nesta perspectiva, o jornal atuou construindo uma versão identitária sobre a cidade, estabelecendo seus símbolos e “inventando tradições”⁷ que a justificassem.

⁵ Calcula-se que as primeiras tiragens alcançaram cerca de 200 a 300 exemplares por semana. Para a população de Novo Hamburgo recenseada, na época, em 8.500 habitantes, o número era significativo, tendo em vista, especialmente, a expressiva parcela de hamburguenses moradores na zona rural e os habitantes que falavam apenas a língua alemã. Já para a época da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), ou seja, o período final da década de 1930, falava-se na tiragem, por edição, de mil exemplares (Behrend, 2002, p.43, 60).

⁶ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 julho de 1927, p.2.

⁷ Segundo as reflexões de Eric Hobsbawm (2006, p.9), que define uma “tradição inventada” como “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

Também é tema recorrente no jornal a construção simbólica da cidade. Em diversas matérias foram retomados temas como as características de Novo Hamburgo, a justificativa e os signos⁸ da cidade, bem como a sua relação com outras cidades, com a região e a nação.

Os textos presentes nos meios de comunicação de massa pela articulação com a sociedade reconfiguram o espaço social. Isso ocorre quando as questões das identidades culturais podem ser percebidas através dos discursos jornalísticos veiculados, por exemplo, nos jornais impressos. Este movimento pode ser visualizado nas páginas do jornal *O 5 de Abril*, que, no caso do município de Novo Hamburgo, foi o primeiro meio de comunicação de massa voltado à população local.

Assim, verifica-se que o *O 5 de Abril* conseguiu se firmar como mediador entre as ideias de um grupo de emancipacionistas e grande parte da população alfabetizada do município, devido tanto à sua hegemonia como pela escolha dos redatores. Os colaboradores eram representantes do governo e da sociedade local e os assuntos abordados tratavam de avisos para a comunidade, colunas opinativas e anúncios do comércio local, que começava a crescer junto com a cidade, ou seja, todos tinham um motivo para ler o “Cinquinho”, nome carinhoso dado ao semanário pela comunidade.

Para comunicar a informação em uma mídia, é utilizado o chamado discurso jornalístico, pois é ele e suas características que legitimam um fato, considerando, é claro, o seu meio de divulgação e a sua abrangência. Ao fazer referência à notícia, que é traduzida pelo discurso/texto jornalístico, remete-se à pressuposição de um real, o real dos fatos, como se eles narrassem demandas e valores de uma comunidade, sem a intervenção do emissor.

A função testemunhal do discurso jornalístico mantém, ainda, uma relação de alteridade com outra questão: a da legitimação. Para Gomes (2000, p.45),

por causa dessa não-causação (na origem de um sem sentido), fomos levados à necessidade de que todo o testemunho, padece remetendo-se a um outro testemunho, de todo texto justificar-se por meio de outro e da reprodução discursiva como tentativa de costura da proliferação.

A autora continua a ideia destacando que toda a legitimidade reduz-se a processos de legitimação que estão ancorados nos modelos discursivos. Para clarificar este pensamento, ela recorre aos trabalhos de Foucault e Lyotard e verifica que “existe uma impossibilidade de Verdade” (Idem, p.53). Sendo assim, a função referencial do jornalismo é a de dar o aval de que o seu testemunho é verdadeiro, ou seja, ser argumento pró-consenso.

As representações da cidade de Novo Hamburgo presentes no jornal no período de enfoque deste estudo referiam, essencialmente, a dois aspectos: a modernidade e a germanidade. Ambos os aspectos apresentavam-se no próprio nome dado à cidade recém-emancipada de São Leopoldo, berço da colonização alemã e representação do antigo, do velho, do ultrapassado, do qual a imprensa de Novo Hamburgo propunha se diferenciar.

REPRESENTAÇÕES DA CIDADE E ASSOCIAÇÕES COM A IDENTIDADE ALEMÃ

Talvez o elemento mais recorrente nas matérias do jornal tenha sido a relação estabelecida entre a cidade de Novo Hamburgo e a nação alemã. Até 1937, era inclusive frequente o uso da própria língua alemã no periódico.

8 Utilizou-se o conceito de signo conforme proposto por Roland Barthes (1999, 134-5), que afirma que “toda a semiologia postula uma relação entre dois termos, um significante e um significado (...) É preciso não esquecer que, contrariamente ao que se sucede na linguagem comum, que me diz simplesmente que o significante exprime o significado, devem-se considerar em todo o sistema semiológico não apenas dois, mas três termos diferentes; pois o que se apreende não é absolutamente um termo, um após o outro, mas a correlação que os une: temos portanto o significante, o significado e o signo, que é o total associativo dos dois primeiros termos”.

A estratégia mais utilizada para estabelecer relação entre Novo Hamburgo e a Alemanha era a menção à imigração que, desde mais de um século antes, teria estabelecido a origem e a identidade da cidade. Necessário mencionar que Novo Hamburgo não era uma cidade em que a população fosse totalmente composta por descendentes de alemães, mas uma cidade com população diversificada. Estudos recentes, como os de Magalhães (2006), remetem a clubes e sociedades essencialmente negras na cidade nas décadas de 1920 e 1930.

Contudo, no processo de lutas de representações, acabou vitoriosa, em Novo Hamburgo, a versão sobre uma cidade originada e composta por descendentes de alemães. Esta relação era especialmente lembrada nas edições próximas ao dia 25 de julho, em que se comemora a imigração alemã no Brasil. Em 1930, por exemplo, o jornal apresentou, sem identificar autoria da matéria, o texto que segue:

Hoje, 25 de julho, se comemora neste Estado, a vinda dos primeiros imigrantes alemães.

Foi em 25 de julho de 1824 que chegaram ao porto de São Leopoldo as primeiras famílias de colonos contratadas, na Alemanha, pelo Governo Imperial do Brasil, e que aqui vieram lançar os alicerces dessa colonização que em pouco mais de um século tem trazido tão grandes benefícios ao nosso caro Rio Grande.

É, pois, justo que no dia de hoje nos lembremos, com veneração, daqueles primeiros pioneiros, que vindos de longe, para um país novo e desconhecido para eles, com um clima diferente do de sua Pátria, com usos e costumes diversos, atiraram-se com coragem ao trabalho, à luta, conseguindo com a sua tenacidade e amor ao trabalho vencer todas as dificuldades e legar aos seus pôsteros um rico patrimônio moral e material.

Honremos a sua memória.⁹

O 5 de Abril frequentemente dirigia-se à população da cidade utilizando este elemento associado à identidade étnica. Por exemplo, no dia 20 de maio de 1927, em artigo nomeado “Os primeiros frutos de nossa emancipação”, noticiou as obras empreendidas pela municipalidade, afirmando que:

A *laboriosa* população do ex-2º distrito de São Leopoldo, hoje município de Novo Hamburgo, graças ao decreto... que emancipou da tutela administrativa do município a que pertencia e que, até então, vivera entregue a si mesma, privada de qualquer melhoramento moral ou material (...)¹⁰

No dia 7 de outubro do mesmo ano, a associação da identidade da cidade com a alemã tornou-se ainda mais explícita:

A autonomia de seu pequeno solo, conseguida a cabo de muita luta ingente, trás os hamburgoes orgulhosos pela maior semelhança que apresenta assim, com o seu glorioso homônimo hanseático. E da tenacidade indiscutida de seus habitantes, tudo se podre esperar, por certo.¹¹

Destaca-se que o “orgulho pela semelhança” e o “homônimo hanseático” remetem, imediatamente, à ligação entre a identidade da cidade e a identidade étnica alemã, associada à modernidade e à industrialização de Novo Hamburgo, fazendo com que o jornal se referisse à cidade como “pequenina Manchester brasileira”.¹²

⁹ “Imigração alemã”, in *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 25 de julho de 1930, p.2.

¹⁰ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 20 de maio de 1927.

¹¹ Idem, 7 de outubro de 1927, pp.2.

¹² Idem, 4 de abril de 1930, p.1.

No dia 7 de junho de 1929, o jornal referiu-se à cidade como uma colmeia. A imagem de colmeia, que remete à de ordeiros trabalhadores, é ligada à questão étnica, construindo-se uma narrativa em que tal elemento ordeiro e trabalhador liga-se à descendência alemã. Vale a pena a longa citação:

Quem chega à esta Vila sente a inflexão da riqueza e do conforto, tamanha é a simpatia do ambiente e notável a benemerência do exemplo! Todos laboram pela grandeza econômica do Município, cada qual como uma molécula desse grande organismo que se agita e que se desenvolve em busca de um ideal esplêndido! Os estabelecimentos fabris assemelham-se à enormes colmeia, onde milhares de inteligências se empenham no trabalho que felicita e redime o homem, reivindicando-o do mal e da perdição, produzindo o pão do corpo e a hóstia do espírito!

Assim é que a criminalidade míngua e a moral abre as asas diáfanas sobre os nossos lares, protegendo-nos a vida e levantando-nos o nome de dignos e cristãos!

Não sabemos de outra Vila que mais trabalhe e mais número de casas confortáveis tenha que a nossa, havendo mesmo requinte em alguns de seus palacetes, ótimos, magníficos de linhas e estilos, aptos a figurarem em qualquer capital do mundo civilizado.

A despeito de ser o menor município do país, não é, todavia, o mais ínfimo, posto que o potencial do seu trabalho supera o de muitos, não lhe ficando mal o título de Manchester gaúcha!

Os teutos têm o instinto da ordem e da prosperidade, infiltrando àqueles que os rodeiam o exemplo dignificante, buscando, como numa fonte maravilhosa, a independência no labor de cada dia, tal o beduíno que procura no Alcorão a redenção e a glória da espécie mesma! (...)

Há ainda a fundação de três escolas, fato este que merece palmas e louvores, em virtude de ser essa a maior preocupação dos grandes espíritos que almejam ao Brasil o verdadeiro lugar a que ele faz jus, pela sua grandeza e pelo seu posto de guardião da América do Sul! (...)

Para concluir vem a pelo a questão da luz e força, quando mais se fizera notar a inteligência do major Leopoldo Petry, solucionando, a contento geral, esse problema que nos empolgava, encontrando nos snrs. Pedro Adams Filho e coronel José J. Matins os mais valiosos dos seus auxiliares na consecução desse benefício que já transpusera as fronteiras hambúrguezas para nos orgulhar e servir de paralelo à iniciativas congêneres que se debuxam pelo Estado afora...

Salve! De homens deste jaez é que a pátria carece e não da chusma de maldizentes que superabunda, inativa, corrupta e corruptora!

Salve, major Leopoldo Petry!¹³

¹³ Idem, 7 de junho de 1929, p.1.

A afirmação de uma origem alemã apresentava-se, em geral, investida de um significado valorativo, justificado pela associação entre o alemão e o trabalho. Por exemplo, em 1934, o próprio prefeito Leopoldo Petry apontou:

Dada a concentração ao trabalho, aliada ao espírito ordeiro desses pioneiros, rapidamente se desenvolveu a colônia: a mata virgem foi desaparecendo e em toda parte surgiram prósperos núcleos, florescentes vilas e cidades, e hoje, ao cabo de 110 anos, com toda justiça podemos orgulhar-nos do progresso e desenvolvimento da grandiosa estrutura econômica e cultural iniciada pelos nossos antepassados.¹⁴

¹⁴ Leopoldo Petry, "Do início da colonização alemã", in *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 25 julho 1934, p.2.

15 Conforme Gertz (1991, p.32), o germanismo é a tradução da palavra *Deutsch-tum*. É usada, às vezes, para designar simplesmente o conjunto da população de alemães e descendentes. Mas de uma maneira geral entende-se por *Deutsch-tum* uma ideologia e uma prática de defesa da germanidade das populações de origem alemã. A palavra também pode aparecer significando as duas coisas ao mesmo tempo. É o caso do título da obra comemorativa do primeiro centenário da imigração alemã, *Hundert Jahre Deutsch-tum im Rio Grande do Sul* (Cem anos de germanismo no...), publicada em 1924.

16 Como afirma Renato Ortiz (2001, p.16-7): “As considerações de Silvio Romero sobre o português, de Euclides da Cunha sobre a origem bandeirante do nordestino, os escritos de Nina Rodrigues refletem todos a ideologia da supremacia racial do mundo branco (...) Dentro desta perspectiva, o negro e o índio se apresentam como entraves ao processo civilizatório”.

17 O positivismo de Comte, o darwinismo social, o evolucionismo de Spencer foram teorias elaboradas na Europa em meados do século XIX que apontavam para a evolução histórica e o progresso das civilizações, legitimando a superioridade da cultura branca europeia sobre os povos “primitivos”. Essas teorias europeias influenciaram enormemente as teorias raciais que predominaram entre as elites brasileiras no final do século XIX e início do século XX. Também na Europa, ainda no final do século XIX, começaram a aparecer trabalhos de Franz Boas, em que a noção de raça cede lugar à de cultura. A obra de Boas teve grande influência sobre Gilberto Freyre.

Esta associação entre “alemão” e “trabalhador” fez parte da própria versão identitária proposta para sua nação pelo Estado alemão e está presente no “germanismo”.¹⁵ Importante, também, ressaltar, que antes dos anos 1930 não parece ter sido considerado problema importante, pelo Estado brasileiro, a afirmação da “germanidade” de descendentes de imigrantes alemães, desde que também se afirmassem como brasileiros. Esta questão é fortemente influenciada pela percepção predominante das elites brasileiras, até a década de 30, de que os elementos étnicos não brancos eram os principais entraves para o desenvolvimento do Brasil.¹⁶

AS TRANSFORMAÇÕES NAS VERSÕES SOBRE A IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA DURANTE O GOVERNO VARGAS E SUAS RELAÇÕES COM A IDENTIDADE DA CIDADE DE NOVO HAMBURGO

No Brasil, a década de 30 acompanhou o início da produção científica de um jovem intelectual que se projetou como um marco no pensamento brasileiro: Gilberto Freyre.¹⁷ De acordo com Ortiz:

A passagem do conceito de raça para o de cultura elimina uma série de dificuldades colocadas anteriormente a respeito da herança atávica do mestiço. Ela permite um maior distanciamento entre o biológico e o social, o que possibilita uma análise mais rica da sociedade. Mas a operação que *Casa grande e senzala* realiza vai mais além. Gilberto Freyre transforma a negatividade do mestiço em positividade, o que permite completar definitivamente os contornos de uma identidade que há muito vinha sendo desenhada. (2001, p.41.)

O que interessa na obra de Freyre é a influência de seu pensamento nas representações do imaginário da sociedade brasileira. Segundo Carlos Fico (1997, p.34), a década de 30 foi o período de “gilbertização” do país, ou seja, da absorção dos cânones explicativos da sociedade brasileira através da obra *Casa grande e senzala*, que promoveu uma ressignificação dos negros e dos mestiços na cultura nacional. Com a obra de Gilberto Freyre, a mistura de raças como formadora da identidade nacional ganhou ampla aceitação, a noção de que o Brasil tinha se formado pela mistura das três raças (o branco, o índio e o negro) difundiu-se socialmente e tornou-se senso comum.

A obra de Freyre ia perfeitamente ao encontro da proposta da política de Vargas, assimilando harmoniosamente diversos grupos étnicos à nacionalidade, idealizando uma sociedade sem conflitos – e, com certeza, esse é um dos motivos de seu pensamento ter se projetado tanto. Como afirma Hermano Vianna:

O governo pós-Revolução de 30 tornou semi-oficial a política de miscigenação, valorizando inclusive os símbolos nacionais mestiços como o samba (...) As medidas de repressão foram inclusive legais (...) limitando as cotas de imigração [como forma de valorizar o trabalho dos mestiços brasileiros em detrimento dos brancos europeus] e estabelecendo que nenhum estabelecimento de trabalho poderia ter mais do que um terço de empregados estrangeiros. (1995, p.73.)

Esta versão sobre a identidade nacional brasileira emergente durante os anos 30, contudo, excluía os descendentes de imigrantes alemães no sul do país. A política esta-

belecida durante esta época também fortalecia essa exclusão. Eliana Freitas Dutra, em *O ardil totalitário* (1997), focaliza especialmente o período entre 1935 e 1937, fundamentando-se em teóricos da psicologia, e explica que, naquele momento, o imaginário social recorreu ao Estado, identificado a nação, a pátria-mãe, a um salvador que poderia proteger a sociedade dos males que a atormentavam. Neste sentido, a nação veio a ser uma resposta às angústias de uma população em crise. Maria Helena Capelato afirma que:

O varguismo e o peronismo surgiram em momentos de crise nas respectivas sociedades, o contexto de insegurança e instabilidade explica a aceleração dos sentimentos e sua transformação em paixão. O apelo a valores comuns e, através deles, a emergência simbólica de um nós, proclamação agressiva de uma identidade a se afirmar e legitimar, implicavam em trabalho complexo de construção da identidade e identificação do outro. Este processo levou ao extremo das emoções. (1998, p.243.)

No contexto dos anos 30, é preciso prestar especial atenção à atuação do Estado para definições sobre o nacional. Isso ocorre porque a crise mundial também foi responsável pela emergência de regimes autoritários em todo o mundo. O nacionalismo que se configurou a partir dos anos 30 não é mais o liberal, mas o do tipo autoritário, centrado no Estado, o qual teve grande poder para autorizar ou censurar seus símbolos.

Capelato (1991, p.51-63) analisa a influência das ideias fascistas nos regimes de Vargas e Perón, concluindo que eles não podem ser classificados como fascistas, apesar de terem sofrido grande influência deles. As ideias fascistas circularam pela América Latina entre as décadas de 1930 e 1940, influindo, especialmente, em dois aspectos: no desenvolvimento do nacionalismo e na emergência do Estado autoritário, que atuou mais sobre a cultura nacional.

A influência das ideias fascistas apresenta-se forte no governo Vargas no Brasil, em especial a partir do Estado Novo, quando também houve um processo de renegociação sobre a identidade nacional brasileira. Parte-se do pressuposto de que uma identidade não é criada pelo Estado, mas que pode ser influenciada por ele. Assim, o Estado brasileiro do período de Vargas teve, através de uma série de mediações, o controle sobre a imprensa, o rádio e o cinema.

Esta inovação da “Era Vargas”, que foi a centralização do poder político e a atuação cada vez mais forte do Estado na esfera social e cultural, é explicada da seguinte forma pelo antropólogo Ruben Oliven:

Se a República Velha se caracterizou pela descentralização política e administrativa, a República Nova reverte essa tendência e acentua uma crescente centralização nos mais variados níveis. Esse processo precisa ser entendido como decorrência de importantes transformações que vinham sendo gestadas nas primeiras décadas deste século e que assumiriam uma dimensão mais ampla a partir da década de 1930. Em poucas palavras, essas mudanças foram a formação de uma indústria de substituição de importação de bens não-duráveis, o crescimento das cidades que eram centros de mercados regionais, a crise do café, a falência do sistema baseado em combinações políticas entre as oligarquias agrárias (a “política dos governadores”) e o surgimento de revoltas sociais e militares que começaram na década de 1920 e culminaram com a Revolução de 1930. (...) Nesse período, as ideologias sobre o caráter nacional brasileiro que enfatizavam a dificuldade de construir uma verdadeira cultura no

Brasil por causa da miscigenação racial cedem lugar a posições como a de Gilberto Freyre, que frisam a idéia de que no Brasil haveria uma democracia racial. (2000, p.74-6.)

Esta tendência acentua-se com o Estado Novo, ocasião em que os governadores eleitos foram substituídos por interventores e as milícias estaduais perderam força, medidas que aumentaram a centralização política e administrativa. No plano da cultura e da ideologia, a proibição do ensino em línguas estrangeiras, a introdução da disciplina de Moral e Cívica, a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (que tinha a seu cargo, além da censura, a exaltação das virtudes do trabalho) ajudaram a criar um modelo de nacionalidade centralizado no Estado (o qual, logo a seguir, viria a exercer violências sobre alguns segmentos da população brasileira, especialmente imigrantes, e, mais enfaticamente, sobre os descendentes de alemães).

A emergência desta nova versão sobre a identidade nacional brasileira coincidiu com a emergência do nazismo na Alemanha, quando o país apresentou-se novamente como uma ameaça internacional. As ideias fascistas encontraram ressonância também na América Latina, em especial no Brasil, fazendo com que se tornassem também uma questão política importante. Neste período, os descendentes de alemães foram frequentemente confundidos com e rotulados como nazistas. Houve, efetivamente, uma simpatia às ideias fascistas nas regiões de imigração alemã que se manifestaram, em grande medida, no crescimento do Integralismo nestas regiões.

É provável que a emergência da Alemanha como uma potência, com base em uma perspectiva política nazifascista, tenha sido o principal elemento motivador na aproximação de alguns descendentes de alemães com o Integralismo,¹⁸ movimento com inspiração no ideário fascista. Contudo, apesar desta participação ter sido de apenas parte da comunidade alemã, houve, no imaginário social, uma identificação genérica entre a identidade étnica e tais ideias de caráter político.

O imenso crescimento econômico e, especialmente, industrial da Alemanha no começo do século XX contrastava, porém, com seu potencial em termos de mercados consumidores e fornecedores de matérias-primas. Por ter se constituído tardiamente como Estado nacional, a Alemanha havia chegado “atrasada” na partilha dos mercados mundiais. Assim, a África e a Ásia já tinham sido divididas especialmente entre a Inglaterra e a França, que exerciam controle sobre os mercados destas regiões através de, basicamente, três sistemas: colônias, protetorados e áreas de influência. No caso do Brasil, desde a Doutrina Monroe, os Estados Unidos definiam-no como seu mercado. Contudo, esta relação não era mais complexa do que gostaria o governo norte-americano, pois a Alemanha apresentava-se, até a Segunda Guerra Mundial, como segunda parceira comercial do Brasil.

A Alemanha, no entanto, encontrava limitações para o seu desenvolvimento econômico. Limitações tão rigorosas de acesso aos mercados internacionais que chegaram a ser apontadas como explicação para a entrada do país nas guerras mundiais.

Uma das saídas parciais encontradas pela Alemanha foi estreitar os laços de comércio com as regiões do mundo que haviam sido colonizadas por seus imigrantes. O historiador René Gertz analisa este contexto histórico, identificando a política econômica exercida pela Alemanha:

A Alemanha não tinha colônias e ideólogos e estrategistas alemães pensaram no aproveitamento de “alemães no exterior” em benefício da “pátria-mãe”. Já em 1865 o geógrafo alemão Woldemar Schulz, escrevendo sobre as possibilidades de imigração para o sul do Brasil,

¹⁸ O Integralismo tinha forte inspiração fascista. Conforme Helgio Trindade (1974), o Integralismo teve o topo de suas estruturas administrativas ocupado especialmente por descendentes de luso-brasileiros, mas conseguiu um amplo apoio, nas bases, de descendentes de alemães.

Uruguai e Argentina, citava uma personalidade alemã que havia dito: "... ninguém praticamente lembra que com isto se criariam lugares de reunião para os ramos caídos do nosso tronco, onde todo botão de flor se transforma em fruto maduro para a pátria alemã, onde qualquer pulsação do sangue da velha pátria é refletido".

Certamente alguns destes ideólogos e estrategistas - mais exaltados e menos realistas - pensavam até numa anexação, na criação de uma colônia alemã como os franceses as tinham na Ásia ou na África. A maioria, porém, pensava a presença de descendentes de alemães como fator fundamental para a conquista do mercado local. (Gertz, 1991, p.15.)

Tudo isso desencadeia a famosa campanha do "perigo alemão", que se estende com intensidade variável por quase quarenta anos, até a Primeira Grande Guerra, quando da derrota alemã. Obviamente que é preciso considerar os exageros existentes no "perigo alemão". Como o próprio Gertz afirma, o interesse em geral da Alemanha, excetuando o de alguns nacionalistas mais radicais, era apenas expandir seu mercado econômico para dar vazão aos seus produtos industrializados e conseguir matérias-primas.

Uma pequena parcela dos descendentes de alemães no Brasil efetivamente aderiu às ideias fascistas. Contudo, houve uma identificação genérica, no imaginário social, entre a identidade étnica e tais ideias de caráter político.

A parcela da população de Novo Hamburgo que se vinculava diretamente às propostas políticas do Estado alemão vincularam-se, em boa parte, à Ação Integralista Brasileira (AIB). Até 1937, a AIB fazia parte de sua divulgação através do jornal, em notas como a citada abaixo:

A Secretaria do Núcleo Municipal da A. I. B. nos forneceu a seguinte nota:

Sessão semanal – Teve lugar, segunda-feira última, na sede municipal, uma concorrida [ilegível na fotografia, poucas palavras] de doutrina e propaganda integralista, falando o Chefe Municipal Dr. W. Metzler e o comp. Alfredo Marotzky que, aproveitando a data do aniversário da criação do município de Novo Hamburgo, fez uma demorada explanação da origem do "município" e como o encara o Estado Integral (...)

Anauê! Pelo Bem do Brasil.¹⁹

Ao mesmo tempo, anteriormente ao Estado Novo, apresentava-se, cada vez mais frequente, a crítica contra a propaganda alemã e o jornal *O 5 de Abril* parece ter sido espaço da diversidade de discursos.

Em Novo Hamburgo, uma parcela da população participou da Ação Integralista Brasileira, demonstrando proximidade às propostas políticas do Estado alemão. Até 1937, a AIB fazia parte de sua divulgação através do jornal *O 5 de Abril*.

No entanto, a adesão às ideias fascistas e ao Integralismo na região de imigração alemã, durante a década de 1930, cresceu somente até a ocorrência de dois fatos: o rompimento do Estado Novo com a Ação Integralista Brasileira, em 1938, e o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939. A partir de então, iniciou-se uma repressão por parte do Estado brasileiro em relação aos suspeitos de se ligarem ao Integralismo. Por fim, em 1942, com a entrada do Brasil na II Guerra, a repressão tornou-se muito mais forte e os descendentes de alemães passaram a ser considerados suspeitos.

¹⁹ O 5 de Abril, Novo Hamburgo, 9 de abril de 1937, p.2.

A IMPRENSA COMO ESPAÇO DE LUTAS DE REPRESENTAÇÕES ENTRE A NAÇÃO E A CIDADE

A questão da germanidade *versus* nacionalismo no Brasil dos anos 1930 perpassou muitos dos discursos oficiais. Havia a necessidade e o interesse, em Novo Hamburgo, de se afirmar uma identidade nacional brasileira, mas os laços que uniam os descendentes de alemães à sua antiga pátria eram muito fortes e tinham que ser habilmente tratados. Em 1931, por exemplo, Leopoldo Petry criticava a falta de educação pública oferecida pelo Estado brasileiro desde o século XIX e, nesta crítica, acabava por responsabilizá-lo pela própria manutenção de uma identidade alemã na cidade:

os filhos dos colonos alemães, por falta de aulas Nacionais, não estudavam e não falavam senão o idioma alemão, e que sendo Brasileiros, tornaram-se que nem estrangeiros no seu próprio país natal.²⁰

²⁰ Leopoldo Petry, “Pela instrução”, in *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 de maio de 1931, p.1-2.

Foi pouco antes da comemoração do primeiro aniversário da emancipação de Novo Hamburgo que a prefeitura estabeleceu a data de 5 de abril como feriado municipal. O jornal *O 5 de Abril* de 16 de março de 1928 apresentou o decreto em sua edição, afirmando que:

considerando que a criação do município de Novo Hamburgo foi de suma importância para o seu progresso econômico e social, e de incalculáveis consequências para o seu desenvolvimento futuro, considero que esse ato constitui uma velha e justa aspiração dos nossos antepassados, cuja memória devemos cultivar, e o resultado dos esforços congregados de toda a população do antigo 2º distrito de São Leopoldo.²¹

²¹ *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 16 de março de 1927, p.3.

A partir do Estado Novo, especialmente após a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, percebe-se uma mudança drástica no jornal. Em relação aos meios de comunicação, o artigo 122 da Constituição de 1937 considerava a imprensa um serviço de utilidade pública e determinava que os periódicos não poderiam se recusar a inserir comunicados do governo::

Uma das primeiras medidas do órgão foi proibir todas as transmissões radiofônicas e a impressão de jornais e revistas em língua estrangeira. (...) As medidas constituíram-se num duro golpe para a imprensa organizada por imigrantes e seus descendentes, e atingiu particularmente as regiões Sul e Sudeste do país, que havia recebido contingente considerável de mão-de-obra europeia. (Martins & Luca, 2006, p.65.)

Percebe-se esta censura claramente no jornal *O 5 de Abril* através de três elementos: a eliminação do uso da língua alemã no jornal (até 1937 havia matérias inteiras nesta língua); a mudança no discurso de identificação de Novo Hamburgo com representações alemãs; a emergência cada vez mais frequente de matérias que exaltavam a identidade nacional brasileira, tanto nas matérias oficiais, enviadas pelo governo federal e que os jornais eram obrigados a publicar, como nas matérias escritas por integrantes da cidade de Novo Hamburgo, especialmente por políticos, numa clara perspectiva de afirmarem-se dentro do regime instaurado.

Por exemplo, na edição de 4 de abril de 1941, a matéria de capa “Recordando a Emancipação”, assinada por Leopoldo Petry, apresentou em seu subtítulo:

É antigo o espírito de brasiliade de Novo Hamburgo – Os dirigentes de São Leopoldo atribuíram a este município sentimentos não brasileiros, não devendo assim emancipar-se (...) Relembremos ufanos esse fato 14 anos antes de ter o brilhante historiador Capitão Paranhos Antunes afirmado ser Novo Hamburgo FORTE REDUTO DE BRASILIDADE [grifos do original].²²

22 Idem, 4 de abril de 1941, p.1.

Segue Petry, informando sobre “memorial com 827 assinaturas pedindo a emancipação desta zona”, entregue em comissão ao conselho municipal de São Leopoldo em 1925:

Por isso, certo de que esse conspícuo Conselho, inspirado pelo mais puro patriotismo e tendo em vista unicamente o bem do povo (...) tendo como ideal o mais elevado amor ao nosso querido Rio Grande do Sul, à nossa amada Pátria Brasileira, procurará facilitar uma medida de que tão grandes vantagens advirão ao público.

Na continuação da matéria, na página 4 do mesmo número, Petry afirma:

Eu aqui não quero traçar um paralelo entre o nosso patriotismo e o da cidade vizinha [São Leopoldo], mas não posso deixar de levantar o meu protesto contra essa ofensa que nos foi atirada. Nós não somos brasileiros?

Mas não são brasileiros esses nossos industrialistas e comerciantes, que com atividade incansável trabalham nos seus estabelecimentos, (...) para a independência econômica da nossa Pátria, sem falar nas grandes contribuições que entregam aos cofres públicos?! (...) Não são patriotas os nossos operários, moços e velhos, que desde manhã cedo até ao escurecer mourem nas fábricas (...)

Naturalmente, quando falo em patriotismo, me refiro àquele patriotismo são, que trabalha, que produz, que vê o supremo ideal do homem, no cumprimento estrito do dever – aquele patriotismo que o Brasil precisa para tornar-se próspero, feliz e independente do estrangeiro (...) daquele patriotismo que o Brasil precisa para conseguir no concerto das nações a posição a que por sua natureza tem direito.

Este patriotismo é o que se cultiva em Novo Hamburgo, onde tudo trabalha, tudo produz, e onde os parasitas da humanidade, felizmente, não encontram ramo onde pousar. (...)²³

23 Idem, p.4.

Há, também, uma série de expressões utilizadas nas matérias que exaltam, de forma ufanista, a pátria. Por exemplo, na edição de primeiro de setembro de 1944: “convidam a patriótica população de Novo Hamburgo a se associar, com todo o seu ardor cívico, às festividades programadas”. Na mesma matéria: “Novo Hamburgo, como aliás costuma fazer todos os anos, vai festejar com um programa excepcional A Semana da Pátria”.²⁴ Na edição seguinte, lia-se: “mais uma vez, vêm demonstrar, cabal e inequivocamente, que o civismo em Novo Hamburgo é uma realidade”.²⁵

Em relação às escolas, católicas ou luteranas,²⁶ parecia haver uma competição na perspectiva de exaltação da pátria. A Escola Normal Santa Catarina²⁷ noticiava que:

Como nos anos anteriores, este estabelecimento de ensino vem realizando com vivo entusiasmo as comemorações da Semana da Pátria (...) dia 24 de agosto teve início o programa das solenidades com a recepção das alunas da Escola Santa Teresa de Bom Princípio, que vieram em visita de intercâmbio cultural e regressaram com a mais grata impressão. (...) [a pro-

24 Idem, 1 de setembro de 1944, p.1.

25 Idem, 8 de setembro de 1944, p.1.

26 A maior parte do sistema educacional do município da época era comunitário e confessional, vinculado às igrejas católica e luterana.

27 Era uma escola comunitária católica de Novo Hamburgo voltada para o público feminino.

gramação previa] A Caminho da Vitória § dramatização em 9 cenas § a) Partida das Samaritanas, b) Em defesa da Liberdade, c) Saída do Corpo de Expedicionários, d) Nossos marujos em águas longínquas, e) Recordando a Pátria distante, f) Trabalho silencioso da 2^a frente, g) Supremo holocausto pela Pátria, h) Visão da Vitória, i) Os troféus gloriosos aos pés da Virgem Aparecida.²⁸

28 *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 de setembro de 1944, p.8.

29 Era uma escola comunitária evangélica de confissão luterana de Novo Hamburgo voltada para o público feminino.

30 *O 5 de Abril*, Novo Hamburgo, 1 de setembro de 1944, p.8.

A Fundação Evangélica,²⁹ por sua vez, anunciava na mesma página:

mais uma de suas apreciadas ‘Horas de Arte’, com que homenageará a Semana da Pátria (...) o grande coro de quase 100 alunos que entoarão a quatro vozes (arranjo especial do professor de música M. Maschles), diversas canções brasileiras, sendo a primeira de autoria do maestro Villa-Lobos, com versos do atual Ministro de Educação sr. Gustavo Capanema, intitulada ‘Nesta hora sombria do mundo’. O prof. Samuel Dietschi apresentará duas marchas de sua autoria, com orquestra e coro: ‘Avante’ e ‘Louvor ao Brasil’.; “Uma cena regional contribuirá para vulgarizar entre nós as nossas tradições tão belas e evocativas. Terminará a noitada, que terá a duração de aproximadamente, uma homenagem à gloriosa Bandeira Nacional.”; “Antes da ‘Hora de Arte’, às 19,45 horas, o sr. Alberto Severo, digno edil desta comuna e grande propugnador pela higidez da raça, especialmente convidado para esse fim, inaugurará um moderno gabinete dentário no próprio estabelecimento.³⁰

Este ufanismo manifestou-se de forma similar durante todo o período do Estado Novo. O ano de 1945 já era permeado de desafios à censura por vários jornais do país. Como afirmam Martins & Luca,

No final de 1944, a derrota do nazi-fascismo já se tornara clara, o que acelerava a desestabilização do governo. Vários jornais passaram a desafiar abertamente proibições, estampando entrevistas com personalidades do mundo político, que exigiam a volta das liberdades democráticas, tal como ocorreu nos diários cariocas *O Globo* e *Correio da Manhã*, e divulgando notícias vetadas e/ou não submetidas ao DIP, indício evidente de que a censura perdera sua eficácia. A pressão crescente pelo fim do regime de exceção levou o governo a anistiar os presos políticos e extinguir o DIP, substituído pelo Departamento Nacional de Informação (DNI) [sem tantos poderes de censura e também extinto em 1946]. (2006, p.71-2.)

Contudo, estes desafios parecem não ter sido expressos no jornal *O 5 de Abril*, pois o discurso de exaltação à pátria permanece igual ao de anos anteriores. Em matéria sem autor identificado relacionada à derrota alemã na Segunda Guerra, o jornal afirmava:

Novo Hamburgo comemorará com o seu nunca desmentido ardor cívico e com o maior brilhantismo até hoje demonstrado, a “Semana Máxima de nossa Pátria”; dia 31 de agosto – Trânsito do Fogo Simbólico, acendido em Monte Castelo, nas abruptas encostas dos Apeninos, onde jorrou copiosamente o heróico sangue brasileiro, numa demonstração imarcescível de abnegação, bravura e entusiasmo em prol das grandes causas da humanidade – apanágio da Brasil e a Gente.³¹

31 Idem, 31 de agosto 1945, p.3.

Na edição seguinte, o jornal descreveu a programação da Semana da Pátria, novamente ligando a cidade à nação:

A Semana da Pátria mais uma vez passará, mas há de ficar ainda uma vez mais a demonstração eloquente de que Novo Hamburgo cultiva o civismo, que esta terra de trabalho e progresso sabe cumprir os seus deveres patrióticos, porque ela é um pedacinho desse grande todo que é o Brasil, gloriosa pátria de heroicos filhos.³²

Percebe-se, no discurso jornalístico, a perspectiva de vincular a cidade de Novo Hamburgo com a nação brasileira. Não aparece, neste discurso, como nos vários outros publicados durante a Ditadura Vargas, referências a muitas representações, tanto do Brasil quanto da cidade. Isso parece justificável pela grande diferença entre as representações nacionais e da cidade apresentadas naquele contexto. Deste modo, fala-se em “pátria”, cuidando-se para não descrevê-la em detalhes, fala-se em “heroicos filhos”, sem identificá-los. A não menção a representações tanto da cidade de Novo Hamburgo como da nação brasileira parece ser uma estratégia utilizada para ocultar as lutas de representação neste contexto de censura à imprensa.

32 Idem, 7 de setembro de 1945, p.1.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que existia uma tensão entre a afirmação da identidade nacional brasileira e a identidade da cidade de Novo Hamburgo, ocasionada especialmente pelas diferenças de suas representações e expressa nos discursos presentes no *O 5 de Abril*. Desde sua fundação até meados da década de 1930, o jornal apresentava representações sobre Novo Hamburgo associada à identidade nacional alemã.

Parece um paradoxo, porém, que esta tensão tenha diminuído, no final da década de 1930, período em que emergiu uma nova versão sobre a identidade nacional brasileira, representada através de vários símbolos ligados à miscigenação. Esta versão parece excluir mais ainda os brasileiros descendentes de imigrantes alemães. Contudo, ao se observar o contexto político, principalmente no que se refere ao controle da imprensa exercido no período do Estado Novo, poder-se-ia considerar que houve um silenciamento no jornal *O 5 de Abril* acerca das lutas de representações existentes entre a identidade da cidade e a nacional, o que é perceptível tanto através da eliminação do uso da língua alemã no jornal a partir de 1937, como pela emergência cada vez mais frequente de matérias que exaltavam a identidade nacional brasileira.

Contudo, durante o Estado Novo, nos discursos presentes no *O 5 de Abril* raramente apareciam representações da identidade nacional brasileira e da cidade de Novo Hamburgo, o que parece justificável na perspectiva de evitar a apresentação das lutas de representação em um contexto de forte censura.

Alessander Kerber é doutor em História (UFRGS), professor e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: alekerber@yahoo.com.br

Cleber Cristiano Prodano é doutor em História (USP), professor e pesquisador do Centro Universitário Feevale. E-mail: prodanov@feevale.br

Artigo recebido em julho de 2009 e aprovado para publicação em setembro de 2009.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, A. S. Uma burguesia de pés descalços: a trajetória do empresariado do calçado no interior paulista. São Paulo, *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, n.6, p. 1-2, 2005. Disponível em <http://historica.arquivoestado.sp.gov.br/materiais/anteriores/edicao06/materia3/>. Acesso em 23.04.2007.

BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.

BEHREND, M. H. *O 5 de Abril*. Porto Alegre: Metrópole Ind. Gráfica, 2002.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

- CAPELATO, M. H. R. *Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 1998.
- CAPELATO, M. H. *Fascismo: uma idéia que circulou pela América Latina*. Rio de Janeiro, *História em Debate*, 1991.
- CHARTIER, R. *A história cultural*. Lisboa: Difel, 1990.
- DUTRA, E. F. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- FICO, C. *Reiventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- GERTZ, R. *O perigo alemão*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991.
- GOMES, M. R. *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Hacker Editores/Edusp, 2000.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HOBSBAWM, E. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- KERBER, A.; PRODANOV, C.; SCHEMES, C. O patrimônio material e a construção da identidade em Novo Hamburgo (RS): a fotografia e a cidade. Goiânia, *História Revista. Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás*, v.2, 12/2, 2007.
- MAGALHÃES, M. Negras memórias: a trajetória da Sociedade Cruzeiro do Sul. In: NUNES, M. (org.) *Diversidade e políticas afirmativas: diálogos e intercursos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2006.
- MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2006.
- OLIVEN, R. G. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- OLIVEN, R. Nação e região na identidade brasileira. In: ZARUR, J. C. (org.) *Região e nação na América Latina*. Brasília: UnB, 2000.
- OLIVEIRA, L. L. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p.14.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- PESAVENTO, S. J. Memória, história e cidade? Lugares no tempo, momentos no espaço. Überlândia, *ArtCultura*, 4(4), p.24, junho/2002.
- PETRY, L. *O município de Novo Hamburgo – Monografia*. Porto Alegre: Edições A Nação, 1959.
- RENAN, E. *Qu'est-ce qu'une nation?* Paris: Éditions Mille, 1997 [1882].
- TRINDADE, H. *Integralismo: o facismo brasileiro na década de 30*. Porto Alegre: UFRGS, 1974.
- VIANNA, H. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Ed. UFRJ, 1995, p.73.

A B S T R A C T *This is an analysis of the struggle over representations involving the construction of identities rooted in the geographical space of the nation of Brazil and the city of Novo Hamburgo using the city's main newspaper, "O 5 de Abril", which was published from 1927, when the city was officially recognized, until 1945, which marked the end of the Second World War and of the Estado Novo dictatorship in Brazil. This period was marked by the construction of different versions of these two identities and their massification by the media. These versions were in conflict, specifically focused on the fact that the city was*

represented through signs that refer to the process of German immigration, while the representation of the nation was through signs referring the intermixing of races. These conflicts intensified when Brazil entered the Second World War against Germany.

K E Y W O R D S *City, national identity, the press.*